

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL:
ARTS. 155 A 234-B DO CP

DE ACORDO COM:

- Súmulas e decisões recentes do STF e STJ
- Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)
- Lei 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade)
- Lei 13.775/2018 (Duplicata eletrônica)
- Lei 13.772/2018 (Exposição da intimidade sexual)
- Lei 13.718/2018 (Importunação sexual)
- Lei 13.654/2018 (Furto e roubo qualificados)

3

VOLUME

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira e Bárbara Baraldi Sabino

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Cristiane Teixeira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Juliana Honorato, Juliana Sousa, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Luciano Anderson de

Direito penal : volume 3 : parte especial : arts. 155 a 234-B do CP / Luciano Anderson de Souza. -- 1. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5065-165-7

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

20-32617

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal 343(81)

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

Sumário

Nota do autor ao v. 3	7
------------------------------------	----------

Parte I CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO

Capítulo 1 Introdução aos crimes contra o patrimônio	34
1.1. Considerações iniciais	35
1.2. A evolução do tema e a questão do bem jurídico envolvido...	37
1.3. A hipervalorização do patrimônio na legislação penal brasileira	39
1.4. Outras dificuldades da matéria	40
Capítulo 2 Furto (art. 155)	44
2.1. Considerações iniciais	46
2.2. Objetividade jurídica	47
2.3. Sujeitos do delito	48
2.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	48
2.5. Consumação e tentativa	52
2.6. Furto famélico	53
2.7. Furto privilegiado e princípio da insignificância	54
2.8. Furto noturno	55
2.9. Furto qualificado	56
2.9.1. Qualificadoras relativas aos meios de execução...	57
2.9.1.1. Destruição ou rompimento de obstáculo...	57
2.9.1.2. Abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza	58
2.9.1.3. Emprego de chave falsa	58

2.9.1.4.	Concurso de pessoas	58
2.9.1.5.	Emprego de explosivo.....	59
2.9.2.	Qualificadora relativa a resultado posterior mais grave: furto de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou país	59
2.9.3.	Qualificadoras relativas a específicos objetos materiais	60
2.9.3.1.	Furto de semovente domesticável de produção.....	60
2.9.3.2.	Furto de substâncias explosivas.....	60
2.10.	Pena e ação penal.....	60
Capítulo 3	Furto de coisa comum (art. 156)	62
3.1.	Considerações iniciais.....	63
3.2.	Objetividade jurídica	64
3.3.	Sujeitos do delito	64
3.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	64
3.5.	Consumação e tentativa	66
3.6.	Exclusão de crime.....	66
3.7.	Pena e ação penal.....	67
Capítulo 4	Roubo (art. 157)	68
4.1.	Considerações iniciais.....	70
4.2.	Objetividade jurídica.....	71
4.3.	Sujeitos do delito	72
4.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	73
4.4.1.	Roubo simples próprio	73
4.4.2.	Roubo simples impróprio	74
4.5.	Consumação e tentativa	75
4.6.	Concurso de crimes em face de pluralidade de vítimas	79
4.7.	Inexistência de roubo de uso.....	81

4.8.	Roubo privilegiado e princípio da insignificância.....	81
4.9.	Roubo majorado.....	82
4.9.1.	Concurso de agentes.....	83
4.9.2.	Vítima em serviço de transporte de valores.....	84
4.9.3.	Veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou país.....	84
4.9.4.	Restrição da liberdade da vítima.....	85
4.9.5.	Roubo de substâncias explosivas.....	85
4.9.6.	Emprego de arma branca.....	86
4.9.7.	Emprego de arma de fogo.....	87
4.9.8.	Emprego de explosivo.....	89
4.10.	Roubo qualificado.....	89
4.10.1.	Roubo qualificado pelo emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.....	90
4.10.2.	Roubo qualificado pelo resultado lesão corporal grave.....	92
4.10.3.	Roubo qualificado pelo resultado morte (latrocínio).....	92
4.11.	Pena e ação penal.....	96
Capítulo 5	Extorsão (art. 158).....	98
5.1.	Considerações iniciais.....	99
5.2.	Objetividade jurídica.....	100
5.3.	Sujeitos do delito.....	100
5.4.	Tipicidade objetiva.....	100
5.4.1.	Distinção entre roubo e extorsão.....	101
5.4.2.	Natureza da extorsão.....	103
5.5.	Tipicidade subjetiva.....	105
5.6.	Consumação e tentativa.....	105
5.7.	Extorsão majorada.....	106

5.8.	Extorsão qualificada pelo resultado	107
5.9.	Extorsão qualificada pela restrição da liberdade ("sequestro relâmpago")	108
5.10.	Pena e ação penal.....	109
Capítulo 6	Extorsão mediante sequestro (art. 159)	110
6.1.	Considerações iniciais.....	111
6.2.	Objetividade jurídica	112
6.3.	Sujeitos do delito	113
6.4.	Tipicidade objetiva	113
6.4.1.	Natureza da extorsão mediante sequestro.....	113
6.4.2.	A espécie de vantagem no tipo do art. 159.....	115
6.4.3.	Extorsão mediante sequestro em face dos crimes de tortura e de associação criminosa	117
6.5.	Tipicidade subjetiva	119
6.6.	Consumação e tentativa	119
6.7.	Qualificadoras	120
6.8.	Causa de diminuição de pena: delação premiada	122
6.9.	A questão da tortura na investigação criminal.....	123
6.10.	Sanções aplicadas e a necessária reflexão sobre proporcionalidade do sistema de penas.....	124
6.11.	Pena e ação penal.....	124
Capítulo 7	Extorsão indireta (art. 160)	126
7.1.	Considerações iniciais.....	127
7.2.	Objetividade jurídica	128
7.3.	Sujeitos do delito	128
7.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	128
7.5.	Consumação e tentativa	130
7.6.	Pena e ação penal.....	130

Capítulo 8 Crimes de usurpação (arts. 161 e 162)	132
8.1. Considerações iniciais.....	134
8.2. Alteração de limites	135
8.2.1. Objetividade jurídica	135
8.2.2. Sujeitos do delito	136
8.2.3. Tipicidade objetiva e subjetiva	136
8.2.4. Consumação e tentativa	137
8.2.5. Pena e ação penal.....	137
8.3. Usurpação de águas.....	138
8.3.1. Objetividade jurídica.....	138
8.3.2. Sujeitos do delito	138
8.3.3. Tipicidade objetiva e subjetiva	139
8.3.4. Consumação e tentativa	139
8.3.5. Pena e ação penal.....	139
8.4. Esbulho possessório	140
8.4.1. Objetividade jurídica	140
8.4.2. Sujeitos do delito	140
8.4.3. Tipicidade objetiva e subjetiva	140
8.4.4. Consumação e tentativa	143
8.4.5. Pena e ação penal.....	143
8.5. Supressão ou alteração de marca em animais.....	143
8.5.1. Objetividade jurídica	143
8.5.2. Sujeitos do delito	144
8.5.3. Tipicidade objetiva e subjetiva	144
8.5.4. Consumação e tentativa	145
8.5.5. Pena e ação penal.....	145
Capítulo 9 Crimes de dano (arts. 163 a 167)	146
9.1. Considerações iniciais.....	148

9.2.	Dano	149
9.2.1.	Dano simples	149
9.2.1.1.	Objetividade jurídica	149
9.2.1.2.	Sujeitos do delito	149
9.2.1.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	150
9.2.1.4.	Consumação e tentativa.....	151
9.2.2.	Dano qualificado	152
9.2.2.1.	Emprego de violência ou grave ameaça...	152
9.2.2.2.	Emprego de substância inflamável ou explosiva	152
9.2.2.3.	Dano ao patrimônio público.....	153
9.2.2.4.	Motivo egoístico ou prejuízo considerável para a vítima.....	154
9.2.3.	Pena e ação penal.....	155
9.3.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia.....	155
9.3.1.	Objetividade jurídica	156
9.3.2.	Sujeitos do delito	156
9.3.3.	Tipicidade objetiva e subjetiva	156
9.3.4.	Consumação e tentativa	157
9.3.5.	Pena e ação penal.....	158
9.4.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico	158
9.5.	Alteração de local especialmente protegido.....	159
Capítulo 10 Apropriação indébita (art. 168)		160
10.1.	Considerações iniciais.....	161
10.2.	Objetividade jurídica.....	162
10.3.	Sujeitos do delito	163

10.4. Tipicidade objetiva	163
10.5. Tipicidade subjetiva	164
10.6. Consumação e tentativa	165
10.7. Causas de aumento de pena	166
10.8. Figuras especiais	168
10.9. Pena e ação penal	168
Capítulo 11 Apropriação indébita previdenciária (art. 168-A)	170
11.1. Considerações gerais	172
11.2. Objetividade jurídica	173
11.3. Sujeitos do delito	174
11.4. Tipicidade objetiva	174
11.5. Tipicidade subjetiva	176
11.6. Consumação e tentativa	177
11.7. Causa de extinção da punibilidade	177
11.8. Perdão judicial ou aplicação isolada de multa	180
11.9. Pena e ação penal	180
11.10. Casos de insignificância e situação de dificuldades financeiras	181
Capítulo 12 Outros delitos de apropriação (art. 169)	184
12.1. Considerações iniciais	185
12.2. Objetividade jurídica	186
12.3. Sujeitos do delito	186
12.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	187
12.4.1. Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	187
12.4.2. Apropriação de tesouro	189
12.4.3. Apropriação de coisa achada	190

12.5.	Consumação e tentativa	191
12.6.	Pena e ação penal.....	192
Capítulo 13	Estelionato e outras fraudes (art. 171)	194
13.1.	Considerações iniciais.....	196
13.2.	Objetividade jurídica	199
13.3.	Sujeitos do delito	199
13.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	200
13.4.1.	Torpeza bilateral	202
13.4.2.	Fraude civil <i>versus</i> fraude penal	203
13.4.3.	Estelionato judiciário	204
13.5.	Consumação e tentativa	204
13.6.	Estelionato e crimes de falso.....	205
13.7.	Forma privilegiada	206
13.8.	Figuras assemelhadas	206
13.8.1.	Disposição de coisa alheia como própria.....	207
13.8.2.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	208
13.8.3.	Defraudação de penhor	209
13.8.4.	Fraude na entrega de coisa	210
13.8.5.	Fraude para recebimento de indenização ou va- lor de seguro	210
13.8.6.	Fraude no pagamento por meio de cheque	211
13.9.	Causas de aumento de pena	213
13.9.1.	Crime cometido em detrimento de entidade de direito público ou de instituto de economia po- pular, assistência social ou beneficência	213
13.9.2.	Estelionato contra idoso	214
13.10.	Ressarcimento à vítima e suas consequências.....	214
13.11.	Pena e ação penal.....	215

13.12. Novo regramento quanto à ação penal instituído pela Lei Anticrime.....	216
Capítulo 14 Duplicata simulada (art. 172)	220
14.1. Considerações iniciais.....	221
14.2. Objetividade jurídica	222
14.3. Sujeitos do delito	223
14.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	223
14.5. Consumação e tentativa	224
14.6. Figura equiparada	225
14.7. Pena e ação penal.....	226
Capítulo 15 Abuso de incapazes (art. 173)	228
15.1. Considerações iniciais.....	229
15.2. Objetividade jurídica	229
15.3. Sujeitos do delito	230
15.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	230
15.5. Consumação e tentativa	232
15.6. Pena e ação penal.....	233
Capítulo 16 Induzimento à especulação (art. 174)	234
16.1. Considerações iniciais.....	235
16.2. Objetividade jurídica	235
16.3. Sujeitos do delito	236
16.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	236
16.5. Consumação e tentativa	238
16.6. Pena e ação penal.....	238
Capítulo 17 Fraude no comércio (art. 175)	240
17.1. Considerações iniciais.....	241

17.2. Objetividade jurídica	242
17.3. Sujeitos do delito	242
17.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	243
17.5. Figura qualificada	245
17.6. Consumação e tentativa	246
17.7. Figura privilegiada	246
17.8. Pena e ação penal	247
Capítulo 18 Outras fraudes (art. 176)	248
18.1. Considerações iniciais	249
18.2. Objetividade jurídica	250
18.3. Sujeitos do delito	250
18.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	250
18.5. Consumação e tentativa	253
18.6. Perdão judicial	254
18.7. Pena e ação penal	254
Capítulo 19 Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações (art. 177)	256
19.1. Considerações iniciais	258
19.2. Objetividade jurídica	258
19.3. Sujeitos do delito	259
19.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	260
19.5. Figuras equiparadas	263
19.5.1. Fraude sobre as condições econômicas da sociedade	264
19.5.2. Falsa cotação de ações ou títulos da sociedade...	265
19.5.3. Empréstimo ou uso indevido de bens ou haveres da sociedade	266
19.5.4. Compra e venda indevida de ações emitidas pela sociedade	267

19.5.5.	Penhor ou caução indevidos de ações da sociedade	267
19.5.6.	Distribuição de lucros ou dividendos indevidos	268
19.5.7.	Conluio para aprovação de conta ou parecer	269
19.5.8.	Condutas delitivas do liquidante	270
19.5.9.	Crimes do representante de sociedade anônima estrangeira	270
19.6.	Figura privilegiada	271
19.7.	Consumação e tentativa	273
19.8.	Pena e ação penal	274
Capítulo 20	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou "warrant" (art. 178)	276
20.1.	Considerações iniciais	277
20.2.	Objetividade jurídica	278
20.3.	Sujeitos do delito	278
20.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	278
20.5.	Consumação e tentativa	281
20.6.	Pena e ação penal	281
Capítulo 21	Fraude à execução (art. 179)	282
21.1.	Considerações iniciais	283
21.2.	Objetividade jurídica	283
21.3.	Sujeitos do delito	284
21.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	284
21.5.	Consumação e tentativa	286
21.6.	Pena e ação penal	286
Capítulo 22	Receptação (arts. 180 e 180-A)	288
22.1.	Considerações iniciais	290
22.2.	Histórico da receptação: o desafio da autonomia	291

22.3.	Objetividade jurídica	293
22.4.	Sujeitos do delito	295
22.5.	Tipicidade objetiva	296
22.6.	Tipicidade subjetiva	298
22.7.	Receptação qualificada	299
22.8.	Receptação privilegiada.....	301
22.9.	Receptação culposa	301
22.10.	Receptação e lavagem de dinheiro	302
22.11.	Receptação e princípio da insignificância.....	303
22.12.	Receptação e ressarcimento à vítima	305
22.13.	Pena e ação penal.....	307
22.14.	Receptação de animal	307

Capítulo 23	Disposições gerais dos crimes patrimoniais (arts. 181 a 183).....	310
23.1.	Considerações iniciais.....	311
23.2.	Imunidades absolutas	312
23.3.	Imunidades relativas.....	315
23.4.	Hipóteses de não aplicação das imunidades	316
23.5.	Imunidades e Lei Maria da Penha.....	318

Parte II
CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo 24	Violação de direito autoral (art. 184).....	320
24.1.	Considerações iniciais.....	322
24.2.	Objetividade jurídica	324
24.3.	Sujeitos do delito	325
24.4.	Tipicidade objetiva	326
24.5.	Tipicidade subjetiva.....	329

24.6. Consumação e tentativa	329
24.7. Pena e ação penal.....	330

Parte III CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Capítulo 25 Atentado contra a liberdade de trabalho (art. 197).....	332
25.1. Considerações iniciais.....	333
25.2. Objetividade jurídica.....	334
25.3. Sujeitos do delito	334
25.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	334
25.5. Consumação e tentativa	337
25.6. Pena e ação penal.....	338
Capítulo 26 Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta (art. 198).....	340
26.1. Considerações iniciais.....	341
26.2. Objetividade jurídica.....	342
26.3. Sujeitos do delito	342
26.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	343
26.5. Consumação e tentativa	345
26.6. Pena e ação penal.....	345
Capítulo 27 Atentado contra a liberdade de associação (art. 199)...	346
27.1. Considerações iniciais.....	347
27.2. Objetividade jurídica.....	348
27.3. Sujeitos do delito	348
27.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	349
27.5. Consumação e tentativa	351
27.6. Pena e ação penal.....	351

Capítulo 28 Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem (art. 200)	352
28.1. Considerações iniciais.....	353
28.2. Objetividade jurídica.....	353
28.3. Sujeitos do delito.....	354
28.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	355
28.5. Consumação e tentativa.....	357
28.6. Pena e ação penal.....	357
Capítulo 29 Paralisação de trabalho de interesse coletivo (art. 201) ...	358
29.1. Considerações iniciais.....	359
29.2. Objetividade jurídica.....	360
29.3. Sujeitos do delito.....	360
29.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	361
29.5. Consumação e tentativa.....	362
29.6. Pena e ação penal.....	362
Capítulo 30 Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem (art. 202)	364
30.1. Considerações iniciais.....	365
30.2. Objetividade jurídica.....	366
30.3. Sujeitos do delito.....	366
30.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	366
30.5. Consumação e tentativa.....	367
30.6. Pena e ação penal.....	368
Capítulo 31 Frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203)	370
31.1. Considerações iniciais.....	371
31.2. Objetividade jurídica.....	372

31.3. Sujeitos do delito	372
31.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	372
31.5. Consumação e tentativa	374
31.6. Figuras equiparadas.....	375
31.7. Causas de aumento de pena	376
31.8. Pena e ação penal.....	377
Capítulo 32 Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho (art. 204)	378
32.1. Considerações iniciais.....	379
32.2. Objetividade jurídica	380
32.3. Sujeitos do delito	380
32.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	380
32.5. Consumação e tentativa	382
32.6. Pena e ação penal.....	382
Capítulo 33 Exercício de atividade com infração de decisão admi- nistrativa (art. 205)	384
33.1. Considerações iniciais.....	385
33.2. Objetividade jurídica	386
33.3. Sujeitos do delito	386
33.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	386
33.5. Consumação e tentativa	388
33.6. Pena e ação penal.....	388
Capítulo 34 Aliciamento para o fim de emigração (art. 206)	390
34.1. Considerações iniciais.....	391
34.2. Objetividade jurídica	391
34.3. Sujeitos do delito	392
34.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	392

34.5. Consumação e tentativa	394
34.6. Pena e ação penal.....	394
Capítulo 35 Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional (art. 207)	396
35.1. Considerações iniciais.....	397
35.2. Objetividade jurídica	398
35.3. Sujeitos do delito	398
35.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	399
35.5. Consumação e tentativa	399
35.6. Figuras equiparadas.....	400
35.7. Causas de aumento de pena	401
35.8. Pena e ação penal.....	401

Parte IV
CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E
CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo 36 Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo (art. 208)	404
36.1. Considerações iniciais.....	405
36.2. Objetividade jurídica	408
36.3. Sujeitos do delito	408
36.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	408
36.4.1. Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa	409
36.4.2. Impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso	409
36.4.3. Vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso.....	410
36.5. Consumação e tentativa	411
36.6. Causa de aumento de pena.....	412
36.7. Pena e ação penal.....	412

Capítulo 37 Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária (art. 209)	414
37.1. Considerações iniciais.....	415
37.2. Objetividade jurídica.....	416
37.3. Sujeitos do delito.....	416
37.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	416
37.5. Consumação e tentativa.....	417
37.6. Causa de aumento de pena.....	417
37.7. Pena e ação penal.....	418
Capítulo 38 Violação de sepultura (art. 210)	420
38.1. Considerações iniciais.....	421
38.2. Objetividade jurídica.....	421
38.3. Sujeitos do delito.....	422
38.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	422
38.5. Consumação e tentativa.....	424
38.6. Pena e ação penal.....	425
Capítulo 39 Destruição, subtração ou ocultação de cadáver (art. 211)	426
39.1. Considerações iniciais.....	427
39.2. Objetividade jurídica.....	427
39.3. Sujeitos do delito.....	427
39.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	428
39.5. Consumação e tentativa.....	430
39.6. Pena e ação penal.....	430
Capítulo 40 Vilipêndio a cadáver (art. 212)	432
40.1. Considerações iniciais.....	433
40.2. Objetividade jurídica.....	433

40.3. Sujeitos do delito	433
40.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	434
40.5. Consumação e tentativa	435
40.6. Pena e ação penal.....	436

Parte V
CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo 41 Introdução aos crimes contra a dignidade sexual	438
41.1. Considerações iniciais.....	439
41.2. A evolução do tema e a questão do bem jurídico envolvido...	443
41.3. O traçado da legislação brasileira sobre crimes sexuais	447
41.4. O panorama atual da matéria	455
Capítulo 42 Estupro (art. 213)	458
42.1. Considerações iniciais.....	459
42.2. Histórico do tratamento do delito de estupro	461
42.3. Objetividade jurídica	463
42.4. Sujeitos do delito	464
42.5. Tipicidade objetiva e subjetiva	465
42.6. Consumação e tentativa	470
42.7. Figuras qualificadas.....	471
42.8. Causas de aumento de pena	471
42.9. Pena e ação penal.....	472
Capítulo 43 Violação sexual mediante fraude (art. 215)	474
43.1. Considerações iniciais.....	475
43.2. Objetividade jurídica	477
43.3. Sujeitos do delito	477
43.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	478

43.5. Consumação e tentativa	482
43.6. Forma qualificada.....	483
43.7. Pena e ação penal.....	483
Capítulo 44 Importunação sexual (art. 215-A)	486
44.1. Considerações iniciais.....	487
44.2. Objetividade jurídica	490
44.3. Sujeitos do delito	491
44.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	491
44.5. Consumação e tentativa	494
44.6. Pena e ação penal.....	494
Capítulo 45 Assédio sexual (art. 216-A)	496
45.1. Considerações iniciais.....	497
45.2. Objetividade jurídica	498
45.3. Sujeitos do delito	499
45.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	499
45.5. Consumação e tentativa	503
45.6. Causa de aumento de pena.....	504
45.7. Pena e ação penal.....	504
Capítulo 46 Registro não autorizado da intimidade sexual (art. 216-B)	506
46.1. Considerações iniciais.....	507
46.2. Objetividade jurídica	508
46.3. Sujeitos do delito	508
46.4. Tipicidades objetiva e subjetiva.....	508
46.5. Consumação e tentativa	511
46.6. Figura equiparada	511
46.7. Pena e ação penal.....	512

Capítulo 47 Estupro de vulnerável (art. 217-A)	514
47.1. Considerações iniciais.....	515
47.2. Objetividade jurídica.....	518
47.3. Sujeitos do delito.....	519
47.4. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	520
47.5. Consumação e tentativa.....	523
47.6. Figura equiparada.....	523
47.7. Qualificadora.....	525
47.8. Pena e ação penal.....	525
Capítulo 48 Indução de menor de catorze anos a satisfazer a lascívia de outrem (art. 218)	528
48.1. Considerações iniciais.....	529
48.2. Objetividade jurídica.....	531
48.3. Sujeitos do delito.....	531
48.4. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	532
48.5. Consumação e tentativa.....	534
48.6. Pena e ação penal.....	534
Capítulo 49 Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente (art. 218-A)	536
49.1. Considerações iniciais.....	537
49.2. Objetividade jurídica.....	538
49.3. Sujeitos do delito.....	538
49.4. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	538
49.5. Consumação e tentativa.....	540
49.6. Pena e ação penal.....	541
Capítulo 50 Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B)	542
50.1. Considerações iniciais.....	543

50.2.	Objetividade jurídica	544
50.3.	Sujeitos do delito	544
50.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	545
50.5.	Confronto com o tipo do art. 244-A do ECA	547
50.6.	Consumação e tentativa	548
50.7.	Figuras equiparadas	549
50.8.	Figura qualificada	551
50.9.	Pena e ação penal	551
Capítulo 51 Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia (art. 218-C)		554
51.1.	Considerações iniciais	555
51.2.	Objetividade jurídica	557
51.3.	Sujeitos do delito	557
51.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	559
51.5.	Consumação e tentativa	561
51.6.	Causa de aumento de pena	562
51.7.	Causa de exclusão de ilicitude	562
51.8.	Pena e ação penal	563
Capítulo 52 Disposições Gerais (arts. 225 e 226)		566
52.1.	Considerações iniciais	567
52.2.	Ação penal	568
52.3.	Causas de aumento de pena	569
52.3.1.	Concurso de agentes	570
52.3.2.	Qualidade do sujeito ativo	571
52.3.3.	Estupro coletivo	572
52.3.4.	Estupro corretivo	572

Capítulo 53	Mediação para servir a lascívia de outrem (art. 227) ...	574
53.1.	Considerações iniciais.....	575
53.2.	Objetividade jurídica.....	577
53.3.	Sujeitos do delito.....	578
53.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	579
53.5.	Consumação e tentativa.....	580
53.6.	Figuras qualificadas.....	580
53.7.	Pena e ação penal.....	582
Capítulo 54	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual (art. 228)	584
54.1.	Considerações iniciais.....	585
54.2.	Objetividade jurídica.....	586
54.3.	Sujeitos do delito.....	587
54.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	588
54.5.	Consumação e tentativa.....	590
54.6.	Figuras qualificadas.....	591
54.7.	Pena e ação penal.....	592
Capítulo 55	Casa de prostituição (art. 229).....	594
55.1.	Considerações iniciais.....	595
55.2.	Objetividade jurídica.....	599
55.3.	Sujeitos do delito.....	600
55.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	600
55.5.	Consumação e tentativa.....	602
55.6.	Pena e ação penal.....	603
Capítulo 56	Rufianismo (art. 230).....	604
56.1.	Considerações iniciais.....	605
56.2.	Objetividade jurídica.....	606

56.3. Sujeitos do delito	607
56.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	607
56.5. Consumação e tentativa	610
56.6. Figuras qualificadas	611
56.7. Pena e ação penal.....	611
Capítulo 57 Promoção de migração ilegal (art. 232-A)	614
57.1. Considerações iniciais.....	615
57.2. Objetividade jurídica	616
57.3. Sujeitos do delito	616
57.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	616
57.5. Consumação e tentativa	618
57.6. Figura equiparada	619
57.7. Causa de aumento de pena.....	620
57.8. Pena e ação penal.....	621
Capítulo 58 Ato obsceno (art. 233)	622
58.1. Considerações iniciais.....	623
58.2. Objetividade jurídica	624
58.3. Sujeitos do delito	625
58.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	625
58.5. Consumação e tentativa	629
58.6. Pena e ação penal.....	629
Capítulo 59 Escrito ou objeto obsceno (art. 234)	630
59.1. Considerações iniciais.....	631
59.2. Objetividade jurídica	633
59.3. Sujeitos do delito	634
59.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	634

59.5. Consumação e tentativa	635
59.6. Figuras equiparadas	636
59.7. Pena e ação penal	637
Capítulo 60 Disposições gerais (arts. 234-A e 234-B)	638
60.1. Considerações iniciais	639
60.2. Causas de aumento de pena	640
60.3. Segredo de justiça	642
Bibliografia	644

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL:
ARTS. 235 A 311-A DO CP

DE ACORDO COM:

Súmulas e decisões recentes do STF e STJ
Lei 13.979/2020 (medidas para enfrentamento da Covid-19)
Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)

4

VOLUME

**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfoury

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Souza, Luciano Anderson de

Direito Penal : volume 4 : Parte Especial : arts. 235 a 311-A do CP / Luciano Anderson de Souza. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia

ISBN 978-65-5614-132-9

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

20-38974

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal 343(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

Nota do autor ao v. 4	7
Outras obras do autor publicadas pela Revista dos Tribunais Thomson Reuters.....	9

Parte I DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

1. Bigamia (art. 235).....	36
1.1. Considerações iniciais	37
1.2. Objetividade jurídica	39
1.3. Sujeitos do delito	39
1.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	40
1.5. Consumação e tentativa.....	44
1.6. Figura privilegiada.....	45
1.7. Causa de exclusão da tipicidade	45
1.8. Pena e ação penal	46
2. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento (art. 236)	48
2.1. Considerações iniciais	49
2.2. Objetividade jurídica	50
2.3. Sujeitos do delito	50
2.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	51
2.5. Consumação e tentativa.....	53
2.6. Pena e ação penal	54

3. Conhecimento prévio de impedimento (art. 237)	56
3.1. Considerações iniciais	57
3.2. Objetividade jurídica	58
3.3. Sujeitos do delito	58
3.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	58
3.5. Consumação e tentativa.....	61
3.6. Pena e ação penal	61
4. Simulação de autoridade para celebração de casamento (art. 238)	62
4.1. Considerações iniciais	63
4.2. Objetividade jurídica	64
4.3. Sujeitos do delito	64
4.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	64
4.5. Consumação e tentativa.....	66
4.6. Pena e ação penal	67
5. Simulação de casamento (art. 239)	68
5.1. Considerações iniciais	69
5.2. Objetividade jurídica	70
5.3. Sujeitos do delito	70
5.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	70
5.5. Consumação e tentativa.....	71
5.6. Pena e ação penal	72
6. Registro de nascimento inexistente (art. 241)	74
6.1. Considerações iniciais	75
6.2. Objetividade jurídica	75
6.3. Sujeitos do delito	76
6.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	76

6.5.	Consumação e tentativa.....	77
6.6.	Pena e ação penal.....	78
7.	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido (art. 242)	80
7.1.	Considerações iniciais.....	81
7.2.	Objetividade jurídica.....	82
7.3.	Sujeitos do delito.....	82
7.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	82
7.5.	Consumação e tentativa.....	86
7.6.	Figura privilegiada.....	86
7.7.	Pena e ação penal.....	87
8.	Sonegação de estado de filiação (art. 243)	88
8.1.	Considerações iniciais.....	89
8.2.	Objetividade jurídica.....	89
8.3.	Sujeitos do delito.....	90
8.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	90
8.5.	Consumação e tentativa.....	92
8.6.	Pena e ação penal.....	92
9.	Abandono material (art. 244)	94
9.1.	Considerações iniciais.....	95
9.2.	Objetividade jurídica.....	96
9.3.	Sujeitos do delito.....	96
9.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	97
9.5.	Consumação e tentativa.....	101
9.6.	Figura equiparada.....	102
9.7.	Pena e ação penal.....	103

10. Entrega de filho menor a pessoa inidônea (art. 245)	104
10.1. Considerações iniciais.....	105
10.2. Objetividade jurídica.....	106
10.3. Sujeitos do delito.....	106
10.4. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	106
10.5. Consumação e tentativa.....	108
10.6. Figura qualificada.....	108
10.7. Figura equiparada.....	109
10.8. Pena e ação penal.....	110
11. Abandono intelectual (art. 246)	112
11.1. Considerações iniciais.....	113
11.2. Objetividade jurídica.....	114
11.3. Sujeitos do delito.....	114
11.4. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	114
11.5. Consumação e tentativa.....	119
11.6. Pena e ação penal.....	119
12. Abandono moral (art. 247)	120
12.1. Considerações iniciais.....	121
12.2. Objetividade jurídica.....	121
12.3. Sujeitos do delito.....	122
12.4. Tipicidade objetiva e subjetiva.....	123
12.5. Consumação e tentativa.....	125
12.6. Pena e ação penal.....	126
13. Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes (art. 248)	128
13.1. Considerações iniciais.....	129
13.2. Objetividade jurídica.....	130

13.3. Sujeitos do delito	131
13.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	131
13.5. Consumação e tentativa.....	133
13.6. Pena e ação penal	134
14. Subtração de incapazes (art. 249)	136
14.1. Considerações iniciais	137
14.2. Objetividade jurídica	138
14.3. Sujeitos do delito	138
14.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	140
14.5. Consumação e tentativa.....	142
14.6. Pena e ação penal	142

Parte II
DOS CRIMES CONTRA A
INCOLUMIDADE PÚBLICA

15. Incêndio (art. 250)	144
15.1. Nota prévia sobre os crimes contra a incolumidade pública ...	146
15.1.1. Teorias sobre o perigo e os crimes de perigo comum ...	147
15.1.2. O elemento subjetivo nos crimes de perigo comum ...	148
15.2. Considerações iniciais sobre o delito de incêndio.....	149
15.3. Objetividade jurídica	150
15.4. Sujeitos do delito	150
15.5. Tipicidade objetiva e subjetiva	151
15.6. Consumação e tentativa.....	154
15.7. Crime culposo	155
15.8. Causas de aumento de pena	155
15.9. Pena e ação penal	158

16. Explosão (art. 251)	160
16.1. Considerações iniciais	161
16.2. Objetividade jurídica	162
16.3. Sujeitos do delito	162
16.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	162
16.5. Consumação e tentativa.....	165
16.6. Crime culposos	165
16.7. Figura privilegiada.....	166
16.8. Causas de aumento de pena	166
16.9. Pena e ação penal	167
17. Uso de gás tóxico ou asfixiante (art. 252)	168
17.1. Considerações iniciais	169
17.2. Objetividade jurídica	170
17.3. Sujeitos do delito	170
17.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	170
17.5. Consumação e tentativa.....	173
17.6. Crime culposos	173
17.7. Pena e ação penal	174
18. Fabrico, fornecimento, aquisição posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante (art. 253)	176
18.1. Considerações iniciais	177
18.2. Objetividade jurídica	177
18.3. Sujeitos do delito	178
18.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	178
18.5. Consumação e tentativa.....	181
18.6. Pena e ação penal	181

19. Inundação (art. 254)	184
19.1. Considerações iniciais	185
19.2. Objetividade jurídica	186
19.3. Sujeitos do delito	186
19.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	187
19.5. Consumação e tentativa	188
19.6. Pena e ação penal	189
20. Perigo de inundação (art. 255)	190
20.1. Considerações iniciais	191
20.2. Objetividade jurídica	191
20.3. Sujeitos do delito	192
20.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	192
20.5. Consumação e tentativa	193
20.6. Pena e ação penal	193
21. Desabamento ou desmoronamento (art. 256)	194
21.1. Considerações iniciais	195
21.2. Objetividade jurídica	196
21.3. Sujeitos do delito	196
21.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	196
21.5. Consumação e tentativa	197
21.6. Crime culposo	198
21.7. Pena e ação penal	198
22. Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento (art. 257)	200
22.1. Considerações iniciais	201
22.2. Objetividade jurídica	201
22.3. Sujeitos do delito	202

22.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	202
22.5.	Consumação e tentativa.....	204
22.6.	Pena e ação penal	204
23.	Difusão de doença ou praga (art. 259)	206
24.	Perigo de desastre ferroviário (art. 260)	208
24.1.	Considerações iniciais	209
24.2.	Objetividade jurídica	210
24.3.	Sujeitos do delito	210
24.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	211
24.5.	Consumação e tentativa.....	214
24.6.	Desastre ferroviário	214
24.7.	Crime culposo	215
24.8.	Pena e ação penal	215
25.	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo (art. 261)	218
25.1.	Considerações iniciais	219
25.2.	Objetividade jurídica	220
25.3.	Sujeitos do delito	220
25.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	220
25.5.	Consumação e tentativa.....	222
25.6.	Sinistro em transporte marítimo, fluvial ou aéreo	222
25.7.	Figura qualificada pelo escopo de vantagem econômica	224
25.8.	Crime culposo	224
25.9.	Pena e ação penal	224
26.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte (art. 262)	226
26.1.	Considerações iniciais	227

26.2.	Objetividade jurídica	227
26.3.	Sujeitos do delito	227
26.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	228
26.5.	Consumação e tentativa.....	229
26.6.	Figura qualificada pelo desastre	230
26.7.	Crime culposo	230
26.8.	Pena e ação penal	230
27.	Arremesso de projétil (art. 264)	232
27.1.	Considerações iniciais	233
27.2.	Objetividade jurídica	233
27.3.	Sujeitos do delito	234
27.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	234
27.5.	Consumação e tentativa.....	235
27.6.	Figura qualificada	236
27.7.	Pena e ação penal	236
28.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública (art. 265)	238
28.1.	Considerações iniciais	239
28.2.	Objetividade jurídica	239
28.3.	Sujeitos do delito	240
28.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	240
28.5.	Consumação e tentativa.....	242
28.6.	Causa de aumento de pena.....	243
28.7.	Pena e ação penal	244
29.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública (art. 266)	246
29.1.	Considerações iniciais	247

29.2.	Objetividade jurídica	248
29.3.	Sujeitos do delito	248
29.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	248
29.5.	Figura equiparada	250
29.6.	Consumação e tentativa.....	251
29.7.	Causa de aumento de pena	251
29.8.	Pena e ação penal	252
30.	Epidemia (art. 267)	254
30.1.	Considerações iniciais	255
30.2.	Objetividade jurídica	257
30.3.	Sujeitos do delito	257
30.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	257
30.5.	Consumação e tentativa.....	260
30.6.	Causa de aumento de pena	261
30.7.	Crime culposos	261
30.8.	Pena e ação penal	262
31.	Infração de medida sanitária preventiva (art. 268)	264
31.1.	Considerações iniciais	265
31.2.	Objetividade jurídica	266
31.3.	Sujeitos do delito	267
31.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	267
31.5.	Consumação e tentativa.....	271
31.6.	Causa de aumento de pena	271
31.7.	Causas de aumento de pena decorrentes do resultado mais grave	272
31.8.	Pena e ação penal	272

32. Omissão de notificação de doença (art. 269)	274
32.1. Considerações iniciais	275
32.2. Objetividade jurídica	276
32.3. Sujeitos do delito	277
32.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	277
32.5. Consumação e tentativa.....	281
32.6. Causas de aumento de pena	281
32.7. Pena e ação penal	281
33. Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal (art. 270)	282
33.1. Considerações iniciais	283
33.2. Objetividade jurídica	284
33.3. Sujeitos do delito	285
33.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	285
33.5. Figura equiparada	287
33.6. Consumação e tentativa.....	288
33.7. Crime culposos	289
33.8. Causas de aumento de pena	289
33.9. Pena e ação penal	290
34. Corrupção ou poluição de água potável (art. 271)	292
34.1. Considerações iniciais	293
34.2. Objetividade jurídica	293
34.3. Sujeitos do delito	294
34.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	294
34.5. Consumação e tentativa.....	296
34.6. Crime culposos	296

34.7.	Causas de aumento de pena	297
34.8.	Pena e ação penal	298
35.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios (art. 272)	300
35.1.	Considerações iniciais	301
35.2.	Objetividade jurídica	303
35.3.	Sujeitos do delito	303
35.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	303
35.5.	Figura equiparada	305
35.6.	Consumação e tentativa.....	307
35.7.	Crime culposos	307
35.8.	Causas de aumento de pena	308
35.9.	Pena e ação penal	309
36.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273)	310
36.1.	Considerações iniciais	312
	36.1.1. Críticas quanto às reformas do art. 273 do Código Penal.....	312
36.2.	Objetividade jurídica	316
36.3.	Sujeitos do delito	316
36.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	317
36.5.	Figura equiparada	319
36.6.	Consumação e tentativa.....	322
36.7.	Crime culposos	323
36.8.	Causas de aumento de pena	324
36.9.	Pena e ação penal	324
37.	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida (art. 274)	326
37.1.	Considerações iniciais	327

37.2.	Objetividade jurídica	328
37.3.	Sujeitos do delito	328
37.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	328
37.5.	Consumação e tentativa.....	331
37.6.	Resultado de lesão corporal grave ou morte.....	331
37.7.	Pena e ação penal	331
38.	Invólucro ou recipiente com falsa indicação (art. 275)	334
38.1.	Considerações iniciais	335
38.2.	Objetividade jurídica	336
38.3.	Sujeitos do delito	336
38.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	336
38.5.	Consumação e tentativa.....	338
38.6.	Resultado de lesão corporal grave ou morte	339
38.7.	Pena e ação penal	339
39.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores (art. 276)	340
39.1.	Considerações iniciais.....	341
39.2.	Objetividade jurídica	341
39.3.	Sujeitos do delito	342
39.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	342
39.5.	Consumação e tentativa.....	344
39.6.	Causas de aumento de pena	345
39.7.	Pena e ação penal	345
40.	Substância destinada à falsificação (art. 277)	346
40.1.	Considerações iniciais	347
40.2.	Objetividade jurídica	348

40.3.	Sujeitos do delito	348
40.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	348
40.5.	Consumação e tentativa.....	350
40.6.	Causas de aumento de pena	350
40.7.	Pena e ação penal	350
41.	Outras substâncias nocivas à saúde pública (art. 278)	352
41.1.	Considerações iniciais	353
41.2.	Objetividade jurídica	354
41.3.	Sujeitos do delito	354
41.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	354
41.5.	Consumação e tentativa.....	356
41.6.	Crime culposos	357
41.7.	Causas de aumento de pena	357
41.8.	Pena e ação penal	357
42.	Medicamento em desacordo com receita médica (art. 280).....	360
42.1.	Considerações iniciais	361
42.2.	Objetividade jurídica	362
42.3.	Sujeitos do delito	362
42.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	362
42.5.	Consumação e tentativa.....	364
42.6.	Crime culposos	364
42.7.	Causas de aumento de pena	364
42.8.	Pena e ação penal	365
43.	Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica (art. 282)	366
43.1.	Considerações iniciais	367
43.2.	Objetividade jurídica	368
43.3.	Sujeitos do delito	368

43.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	368
43.5.	Consumação e tentativa.....	371
43.6.	Forma qualificada	371
43.7.	Causas de aumento de pena	372
43.8.	Pena e ação penal	372
44.	Charlatanismo (art. 283)	374
44.1.	Considerações iniciais	375
44.2.	Objetividade jurídica	375
44.3.	Sujeitos do delito	376
44.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	376
44.5.	Consumação e tentativa.....	378
44.6.	Causas de aumento de pena	378
44.7.	Pena e ação penal	378
45.	Curandeirismo (art. 284)	380
45.1.	Considerações iniciais.....	381
45.2.	Objetividade jurídica	382
45.3.	Sujeitos do delito	382
45.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	382
45.5.	Consumação e tentativa.....	384
45.6.	Forma qualificada.....	384
45.7.	Causas de aumento de pena	384
45.8.	Pena e ação penal	385
Parte III		
DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA		
46.	Introdução aos crimes contra a paz pública	388
46.1.	Considerações iniciais	389

46.2.	Bem jurídico “ <i>paz pública</i> ”.....	389
46.3.	A sistematização dogmática do Título IX da Parte Especial do Código Penal.....	391
47.	Incitação ao crime (art. 286)	394
47.1.	Considerações iniciais.....	395
47.2.	Objetividade jurídica.....	396
47.3.	Sujeitos do delito.....	396
47.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	396
47.5.	Consumação e tentativa.....	401
47.6.	Pena e ação penal.....	401
48.	Apologia de crime ou criminoso (art. 287)	402
48.1.	Considerações iniciais.....	403
48.2.	Objetividade jurídica.....	403
48.3.	Sujeitos do delito.....	404
48.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	404
48.5.	Consumação e tentativa.....	406
48.6.	Pena e ação penal.....	406
49.	Associação criminosa (art. 288)	408
49.1.	Considerações iniciais.....	409
49.2.	Objetividade jurídica.....	413
49.3.	Sujeitos do delito.....	414
49.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	415
49.5.	Distinção com organização criminosa (Lei nº 12.850/2013)	416
49.6.	Consumação e tentativa.....	421
49.7.	Concurso de crimes.....	421
49.8.	Causas de aumento de pena.....	422
49.9.	Delação premiada.....	424

49.10. Acordo de leniência em crimes econômicos.....	425
49.11. Pena e ação penal	425
50. Constituição de milícia privada (art. 288-A).....	428
50.1. Considerações iniciais	429
50.2. Objetividade jurídica	430
50.3. Sujeitos do delito	430
50.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	431
50.5. Consumação e tentativa.....	433
50.6. Pena e ação penal	434

Parte IV DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

51. Introdução aos crimes contra a fé pública.....	436
51.1. Considerações iniciais	437
51.2. Bem jurídico “fé pública”.....	437
52. Moeda Falsa (art. 289).....	440
52.1. Considerações iniciais	441
52.2. Objetividade jurídica	444
52.3. Sujeitos do delito	444
52.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	444
52.5. Consumação e tentativa.....	446
52.6. Figuras equiparadas, privilegiada e qualificadas.....	446
52.6.1. Circulação de moeda falsa (art. 289, § 1º).....	447
52.6.2. Forma privilegiada (art. 289, § 2º).....	447
52.6.3. Forma qualificada (art. 289, § 3º)	448
52.6.4. Desvio e circulação não autorizada (art. 289, § 4º).....	448
52.7. Pena e ação penal	448

53. Crimes assimilados ao de moeda falsa (art. 290)	450
53.1. Considerações iniciais	451
53.2. Objetividade jurídica	452
53.3. Sujeitos do delito	452
53.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	452
53.5. Consumação e tentativa.....	454
53.6. Qualificadora.....	455
53.7. Pena e ação penal	455
54. Petrechos para falsificação de moeda (art. 291)	456
54.1. Considerações iniciais	457
54.2. Objetividade jurídica	458
54.3. Sujeitos do delito	458
54.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	458
54.5. Consumação e tentativa.....	459
54.6. Pena e ação penal	459
55. Emissão de título ao portador sem permissão legal (art. 292)	462
55.1. Considerações iniciais	463
55.2. Objetividade jurídica	463
55.3. Sujeitos do delito	464
55.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	464
55.5. Consumação e tentativa.....	464
55.6. Figura privilegiada.....	465
55.7. Pena e ação penal	465
56. Falsificação de papéis públicos (art. 293)	466
56.1. Considerações iniciais	468
56.2. Objetividade jurídica	469

56.3.	Sujeitos do delito	469
56.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	470
56.5.	Consumação e tentativa.....	472
56.6.	Figuras equiparadas	472
56.7.	Figuras privilegiadas	472
56.8.	Causa de aumento de pena.....	473
56.9.	Pena e ação penal	473
57.	Petrechos de falsificação (art. 294)	476
57.1.	Considerações iniciais	477
57.2.	Objetividade jurídica	477
57.3.	Sujeitos do delito	478
57.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	478
57.5.	Consumação e tentativa.....	479
57.6.	Causa de aumento de pena: funcionário público (art. 295) ...	479
57.7.	Pena e ação penal	480
58.	Falsificação de selo ou sinal público (art. 296)	482
58.1.	Considerações iniciais	483
58.2.	Objetividade jurídica	485
58.3.	Sujeitos do delito	485
58.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	485
58.5.	Consumação e tentativa.....	486
58.6.	Figuras equiparadas	487
58.7.	Causa de aumento de pena	488
58.8.	Pena e ação penal	488
59.	Falsificação de documento público (art. 297)	490
59.1.	Considerações iniciais.....	491

59.2.	Objetividade jurídica	492
59.3.	Sujeitos do delito	492
59.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	493
59.5.	Consumação e tentativa.....	496
59.6.	Figuras equiparadas	497
59.7.	Causa de aumento de pena.....	498
59.8.	Pena e ação penal	499
60.	Falsificação de documento particular (art. 298)	502
60.1.	Considerações iniciais	503
60.2.	Objetividade jurídica	503
60.3.	Sujeitos do delito	504
60.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	504
60.5.	Consumação e tentativa.....	506
60.6.	Pena e ação penal	506
61.	Falsidade ideológica (art. 299)	508
61.1.	Considerações iniciais.....	509
61.2.	Objetividade jurídica	510
61.3.	Sujeitos do delito	511
61.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	511
61.5.	Consumação e tentativa.....	516
61.6.	Causas de aumento de pena	517
61.7.	Pena e ação penal	517
62.	Falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300).....	520
62.1.	Considerações iniciais	521
62.2.	Objetividade jurídica	521
62.3.	Sujeitos do delito	522
62.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	522

62.5.	Consumação e tentativa.....	523
62.6.	Pena e ação penal.....	523
63.	Certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301)	524
63.1.	Considerações iniciais.....	525
63.2.	Objetividade jurídica	526
63.3.	Sujeitos do delito	526
63.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	527
63.5.	Consumação e tentativa.....	528
63.6.	Falsidade material de atestado ou certidão	528
63.7.	Figura qualificada	529
63.8.	Pena e ação penal	529
64.	Falsidade de atestado médico (art. 302)	532
64.1.	Considerações iniciais.....	533
64.2.	Objetividade jurídica	533
64.3.	Sujeitos do delito	534
64.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	534
64.5.	Consumação e tentativa.....	535
64.6.	Pena e ação penal	535
65.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica (art. 303) ...	536
66.	Uso de documento falso (art. 304)	538
66.1.	Considerações iniciais.....	539
66.2.	Objetividade jurídica	540
66.3.	Sujeitos do delito	540
66.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	540
66.5.	Consumação e tentativa.....	544
66.6.	Pena e ação penal	544

67. Supressão de documento (art. 305)	546
67.1. Considerações iniciais	547
67.2. Objetividade jurídica	547
67.3. Sujeitos do delito	548
67.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	548
67.5. Consumação e tentativa.....	549
67.6. Pena e ação penal	550
68. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins (art. 306)	552
68.1. Considerações iniciais	553
68.2. Objetividade jurídica	554
68.3. Sujeitos do delito	554
68.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	554
68.5. Consumação e tentativa.....	555
68.6. Figura privilegiada.....	556
68.7. Pena e ação penal	556
69. Falsa identidade (art. 307)	558
69.1. Considerações iniciais	559
69.2. Objetividade jurídica	559
69.3. Sujeitos do delito	560
69.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	560
69.5. Consumação e tentativa.....	562
69.6. Pena e ação penal	562
70. Uso de documento alheio ou sua cessão (art. 308)	564
70.1. Considerações iniciais	565
70.2. Objetividade jurídica	565

70.3.	Sujeitos do delito	566
70.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	566
70.5.	Consumação e tentativa.....	567
70.6.	Pena e ação penal	567
71.	Fraude de lei sobre estrangeiro (art. 309, caput)	570
71.1.	Considerações iniciais	571
71.2.	Objetividade jurídica	571
71.3.	Sujeitos do delito	572
71.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	572
71.5.	Consumação e tentativa.....	573
71.6.	Pena e ação penal	573
72.	Falsa atribuição de qualidade a estrangeiro (art. 309, parágrafo único)	574
72.1.	Considerações iniciais	575
72.2.	Objetividade jurídica	575
72.3.	Sujeitos do delito	576
72.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	576
72.5.	Consumação e tentativa.....	577
72.6.	Pena e ação penal	577
73.	Falsidade em prejuízo da nacionalização de sociedade (art. 310)	578
73.1.	Considerações iniciais.....	579
73.2.	Objetividade jurídica	579
73.3.	Sujeitos do delito	580
73.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	580
73.5.	Consumação e tentativa.....	581
73.6.	Pena e ação penal	581

74. Adulteração de sinal identificador de veículo automotor (art. 311)	582
74.1. Considerações iniciais	583
74.2. Objetividade jurídica	584
74.3. Sujeitos do delito	584
74.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	584
74.5. Consumação e tentativa.....	587
74.6. Causa de aumento de pena	587
74.7. Figura equiparada	587
74.8. Pena e ação penal	588
75. Fraudes em certames de interesse público (art. 311-A)	590
75.1. Considerações iniciais	591
75.2. Objetividade jurídica	592
75.3. Sujeitos do delito	592
75.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	592
75.5. A conduta de " <i>cola eletrônica</i> "	594
75.6. Consumação e tentativa.....	596
75.7. Figura equiparada	596
75.8. Qualificadora.....	597
75.9. Causa de aumento de pena	597
75.10. Pena e ação penal	598
Bibliografia	600

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA

DIREITO PENAL

PARTE ESPECIAL:
ARTS. 312 A 359-H DO CP

Súmulas e decisões recentes do STF e STJ
Lei 13.964/2019 (Pacote Anticrime)
Lei 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade)

5

VOLUME

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolína de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiários: Alan H. S. Moreira, Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi e Bruna Mestriner

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Damares Regina Felicio, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Linotec

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Souza, Luciano Anderson de
Direito Penal : volume 5 : Parte Especial : arts. 312 a 359-H do CP / Luciano Anderson de Souza. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2020.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5614-133-6

1. Direito penal 2. Direito penal - Brasil I. Título.

20-38977

CDU-343(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito penal 343(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

Sumário

Nota do autor ao v. 5	7
Outras obras do autor publicadas pela Thomson Reuters Revista dos Tribunais	9
1. Introdução aos crimes contra a administração pública	32
1.1. Considerações iniciais	33
1.2. Conceito de administração pública	38
1.3. Bem jurídico " <i>administração pública</i> "	40
1.4. Estrutura do Título XI do Código Penal e crimes funcionais	44
1.5. Critério de imputação: conceito de funcionário público (art. 327)	45
1.6. Outras problemáticas afetas ao Título XI	52
1.6.1. Ilícito penal <i>versus</i> ilícito administrativo.....	53
1.6.2. Independência de instâncias	55
1.6.3. Rito dos crimes funcionais	57
2. Peculato (art. 312)	60
2.1. Considerações iniciais	61
2.2. Objetividade jurídica	63
2.3. Sujeitos do delito	64
2.4. Tipicidade objetiva.....	64
2.4.1. Peculato próprio (apropriação e desvio).....	66
2.4.2. Peculato impróprio (furto).....	67
2.5. Tipicidade subjetiva	68
2.6. Consumação e tentativa.....	68

2.7.	Peculato e princípio da insignificância	69
2.8.	Crime culposos	71
2.9.	Peculato de uso.....	71
2.10.	Peculato de bem imóvel.....	72
2.11.	Reparação do dano.....	72
2.12.	Pena e ação penal.....	73
3.	Peculato mediante erro de outrem (art. 313)	74
3.1.	Considerações iniciais	75
3.2.	Objetividade jurídica	75
3.3.	Sujeitos do delito	76
3.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	76
3.5.	Consumação e tentativa.....	77
3.6.	Pena e ação penal	77
4.	Inserção de dados falsos em sistema de informações (art. 313-A) ...	78
4.1.	Considerações iniciais.....	79
4.2.	Objetividade jurídica	80
4.3.	Sujeitos do delito	80
4.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	81
4.5.	Consumação e tentativa.....	83
4.6.	Pena e ação penal	83
5.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações (art. 313-B)	86
5.1.	Considerações iniciais.....	87
5.2.	Objetividade jurídica	88
5.3.	Sujeitos do delito	88
5.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	89
5.5.	Consumação e tentativa.....	90

5.6.	Causa de aumento de pena	90
5.7.	Pena e ação penal	91
6.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento (art. 314)	92
6.1.	Considerações iniciais	93
6.2.	Objetividade jurídica	94
6.3.	Sujeitos do delito	94
6.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	94
6.5.	Consumação e tentativa	96
6.6.	Pena e ação penal	96
7.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas (art. 315)	98
7.1.	Considerações iniciais	99
7.2.	Objetividade jurídica	100
7.3.	Sujeitos do delito	100
7.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	100
7.5.	Consumação e tentativa	101
7.6.	Pena e ação penal	101
8.	Concussão (art. 316, caput)	102
8.1.	Considerações iniciais	103
8.2.	Objetividade jurídica	105
8.3.	Sujeitos do delito	105
8.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	107
8.5.	Consumação e tentativa	109
8.6.	Pena e ação penal	110
9.	Excesso de exação (art. 316, §§ 1º e 2º)	112
9.1.	Considerações iniciais	113

9.2.	Objetividade jurídica	114
9.3.	Sujeitos do delito	114
9.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	114
9.5.	Consumação e tentativa.....	116
9.6.	Figura qualificada	117
9.7.	Pena e ação penal	117
10.	Corrupção passiva (art. 317)	118
10.1.	Considerações iniciais	119
10.2.	Histórico do tratamento do delito de corrupção passiva	123
10.3.	Objetividade jurídica	124
10.4.	Sujeitos do delito	125
10.5.	Tipicidade objetiva e subjetiva	127
10.6.	Consumação e tentativa.....	132
10.7.	Causa de aumento de pena.....	134
10.8.	Figura privilegiada.....	134
10.9.	Corrupção privada	135
10.10.	Pena e ação penal	138
11.	Facilitação de contrabando ou descaminho (art. 318)	140
11.1.	Considerações iniciais	141
11.2.	Objetividade jurídica	142
11.3.	Sujeitos do delito	143
11.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	144
11.5.	Consumação e tentativa.....	145
11.6.	Pena e ação penal	145
12.	Prevaricação (art. 319)	146
12.1.	Considerações iniciais	147

12.2.	Objetividade jurídica	149
12.3.	Sujeitos do delito	149
12.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	149
12.5.	Consumação e tentativa.....	152
12.6.	Pena e ação penal	152
13.	Prevaricação quanto ao acesso a sistema de comunicação em prisão (art. 319-A).....	154
13.1.	Considerações iniciais	155
13.2.	Objetividade jurídica	156
13.3.	Sujeitos do delito	156
13.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	157
13.5.	Consumação e tentativa.....	158
13.6.	Pena e ação penal	158
14.	Condescendência criminosa (art. 320)	160
14.1.	Considerações iniciais	161
14.2.	Objetividade jurídica	162
14.3.	Sujeitos do delito	162
14.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	162
14.5.	Consumação e tentativa.....	163
14.6.	Pena e ação penal	164
15.	Advocacia administrativa (art. 321)	166
15.1.	Considerações iniciais.....	167
15.2.	Objetividade jurídica	168
15.3.	Sujeitos do delito	168
15.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	168

15.5. Consumação e tentativa.....	169
15.6. Forma qualificada.....	170
15.7. Pena e ação penal	170
16. Violência arbitrária (art. 322)	172
16.1. Considerações iniciais	173
16.2. Objetividade jurídica	174
16.3. Sujeitos do delito	175
16.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	175
16.5. Consumação e tentativa.....	176
16.6. Pena e ação penal	176
17. Abandono de função (art. 323)	178
17.1. Considerações iniciais	179
17.2. Objetividade jurídica	180
17.3. Sujeitos do delito	181
17.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	181
17.5. Consumação e tentativa.....	182
17.6. Figuras qualificadas	183
17.7. Pena e ação penal	183
18. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado (art. 324)	186
18.1. Considerações iniciais	187
18.2. Objetividade jurídica	188
18.3. Sujeitos do delito	188
18.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	189
18.5. Consumação e tentativa.....	190
18.6. Pena e ação penal	190

19. Violação de sigilo funcional (art. 325)	192
19.1. Considerações iniciais	193
19.2. Objetividade jurídica	195
19.3. Sujeitos do delito	195
19.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	196
19.5. Consumação e tentativa	200
19.6. Figuras equiparadas e qualificadora	200
19.7. Pena e ação penal	201
20. Violação do sigilo de proposta de concorrência (art. 326)	202
21. Usurpação de função pública (art. 328)	204
21.1. Considerações iniciais	205
21.2. Objetividade jurídica	206
21.3. Sujeitos do delito	206
21.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	207
21.5. Consumação e tentativa	208
21.6. Qualificadora	208
21.7. Pena e ação penal	209
22. Resistência (art. 329)	210
22.1. Considerações iniciais	211
22.2. Objetividade jurídica	213
22.3. Sujeitos do delito	213
22.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	214
22.5. Consumação e tentativa	217
22.6. Qualificadora	217
22.7. Pena e ação penal	218

23. Desobediência (art. 330)	220
23.1. Considerações iniciais	221
23.2. Objetividade jurídica	222
23.3. Sujeitos do delito	223
23.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	223
23.5. Consumação e tentativa.....	226
23.6. Pena e ação penal	226
24. Desacato (art. 331)	228
24.1. Considerações iniciais	229
24.2. Objetividade jurídica	232
24.3. Sujeitos do delito	232
24.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	233
24.5. Consumação e tentativa.....	236
24.6. Pena e ação penal	236
25. Tráfico de Influência (art. 332)	238
25.1. Considerações iniciais	239
25.2. Objetividade jurídica	240
25.3. Sujeitos do delito	241
25.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	241
25.5. Consumação e tentativa.....	243
25.6. Causa de aumento de pena	244
25.7. Pena e ação penal	244
26. Corrupção ativa (art. 333)	246
26.1. Considerações iniciais	247
26.2. Objetividade jurídica	248
26.3. Sujeitos do delito	248
26.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	249

26.5.	Consumação e tentativa.....	251
26.6.	Causa de aumento de pena.....	252
26.7.	Pena e ação penal.....	252
27.	Descaminho (art. 334)	254
27.1.	Considerações iniciais.....	256
27.2.	Objetividade jurídica.....	257
27.3.	Sujeitos do delito.....	257
27.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	258
27.5.	Consumação e tentativa.....	261
27.6.	Figuras equiparadas.....	262
27.7.	Causa de aumento de pena.....	263
27.8.	Outras problemáticas envolvendo a interpretação do desca- minho.....	264
27.8.1.	O esgotamento da via administrativa.....	264
27.8.2.	A extinção da punibilidade pelo pagamento do tri- buto.....	265
27.8.3.	A aplicação do princípio da insignificância.....	266
27.9.	Pena e ação penal.....	269
28.	Contrabando (art. 334-A)	272
28.1.	Considerações iniciais.....	273
28.2.	Objetividade jurídica.....	275
28.3.	Sujeitos do delito.....	275
28.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva.....	276
28.5.	Consumação e tentativa.....	278
28.6.	Figuras equiparadas.....	278
28.7.	Causa de aumento de pena.....	279
28.8.	Pena e ação penal.....	280

29. Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência (art. 335) ...	282
30. Inutilização de edital ou de sinal (art. 336)	284
30.1. Considerações iniciais	285
30.2. Objetividade jurídica	285
30.3. Sujeitos do delito	286
30.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	286
30.5. Consumação e tentativa.....	287
30.6. Pena e ação penal	287
31. Subtração ou inutilização de livro ou documento (art. 337)	288
31.1. Considerações iniciais	289
31.2. Objetividade jurídica	289
31.3. Sujeitos do delito	289
31.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	290
31.5. Consumação e tentativa.....	291
31.6. Pena e ação penal	291
32. Sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A)	292
32.1. Considerações iniciais	294
32.2. Objetividade jurídica	295
32.3. Sujeitos do delito	297
32.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	298
32.5. Consumação e tentativa.....	302
32.6. Extinção da punibilidade	302
32.7. Perdão judicial.....	304
32.8. Causa de diminuição de pena	304
32.9. A aplicação do princípio da insignificância	304
32.10. Pena e ação penal	305

33. Corrupção ativa em transação comercial internacional (art. 337-B)	308
33.1. Considerações iniciais.....	309
33.2. Conceito de funcionário público estrangeiro (art. 337-D).....	311
33.3. Objetividade jurídica	312
33.4. Sujeitos do delito	312
33.5. Tipicidade objetiva e subjetiva	313
33.6. Consumação e tentativa.....	314
33.7. Causa de aumento de pena.....	315
33.8. Pena e ação penal	315
34. Tráfico de influência em transação comercial internacional (art. 337-C)	316
34.1. Considerações iniciais.....	317
34.2. Objetividade jurídica	318
34.3. Sujeitos do delito	318
34.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	318
34.5. Consumação e tentativa.....	319
34.6. Causa de aumento de pena.....	320
34.7. Pena e ação penal	320
35. Reingresso de estrangeiro expulso (art. 338)	322
35.1. Considerações iniciais.....	323
35.2. Objetividade jurídica	325
35.3. Sujeitos do delito	325
35.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	325
35.5. Consumação e tentativa.....	326
35.6. Pena e ação penal	327

36. Denúncia caluniosa (art. 339)	328
36.1. Considerações iniciais	329
36.2. Objetividade jurídica	330
36.3. Sujeitos do delito	330
36.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	331
36.5. Consumação e tentativa.....	337
36.6. Causas de aumento de pena	337
36.7. Figura privilegiada.....	337
36.8. Pena e ação penal	338
37. Comunicação falsa de crime ou de contravenção (art. 340)	340
37.1. Considerações iniciais	341
37.2. Objetividade jurídica	341
37.3. Sujeitos do delito	342
37.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	342
37.5. Consumação e tentativa.....	344
37.6. Pena e ação penal	344
38. Autoacusação falsa (art. 341)	346
38.1. Considerações iniciais	347
38.2. Objetividade jurídica	347
38.3. Sujeitos do delito	347
38.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	348
38.5. Consumação e tentativa.....	349
38.6. Pena e ação penal	349
39. Falso testemunho ou falsa perícia (art. 342)	352
39.1. Considerações iniciais	353
39.2. Objetividade jurídica	356

39.3.	Sujeitos do delito	358
39.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	360
39.5.	Consumação e tentativa.....	366
39.6.	Causas de aumento de pena	367
39.7.	Retratação	368
39.8.	Outras reflexões político-criminais acerca da matéria	369
39.9.	Pena e ação penal	370
40.	Corrupção ativa de testemunha ou perito (art. 343)	372
40.1.	Considerações iniciais.....	373
40.2.	Objetividade jurídica	374
40.3.	Sujeitos do delito	374
40.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	374
40.5.	Consumação e tentativa.....	375
40.6.	Causa de aumento de pena	376
40.7.	Pena e ação penal	376
41.	Coação no curso do processo (art. 344)	378
41.1.	Considerações iniciais	379
41.2.	Objetividade jurídica	380
41.3.	Sujeitos do delito	380
41.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	380
41.5.	Consumação e tentativa.....	382
41.6.	Pena e ação penal	383
42.	Exercício arbitrário das próprias razões (art. 345)	384
42.1.	Considerações iniciais.....	385
42.2.	Objetividade jurídica	386
42.3.	Sujeitos do delito	386

42.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	386
42.5.	Consumação e tentativa.....	388
42.6.	Pena e ação penal	388
43.	Subtração ou dano de coisa própria em poder de terceiro (art. 346)	390
43.1.	Considerações iniciais	391
43.2.	Objetividade jurídica	391
43.3.	Sujeitos do delito	392
43.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	392
43.5.	Consumação e tentativa.....	393
43.6.	Pena e ação penal	393
44.	Fraude processual (art. 347)	394
44.1.	Considerações iniciais	395
44.2.	Objetividade jurídica	395
44.3.	Sujeitos do delito	396
44.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	396
44.5.	Consumação e tentativa.....	398
44.6.	Causa de aumento de pena.....	398
44.7.	Pena e ação penal	399
45.	Favorecimento pessoal (art. 348)	400
45.1.	Considerações iniciais	401
45.2.	Objetividade jurídica	402
45.3.	Sujeitos do delito	402
45.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	403
45.5.	Consumação e tentativa.....	405
45.6.	Figura privilegiada.....	405

45.7. Escusa absolutória	405
45.8. Pena e ação penal	406
46. Favorecimento real (art. 349)	408
46.1. Considerações iniciais	409
46.2. Objetividade jurídica	409
46.3. Sujeitos do delito	410
46.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	410
46.5. Consumação e tentativa.....	413
46.6. Pena e ação penal	413
47. Ingresso de aparelho de comunicação em presídio (art. 349-A)...	414
47.1. Considerações iniciais	415
47.2. Objetividade jurídica	416
47.3. Sujeitos do delito	416
47.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	417
47.5. Consumação e tentativa.....	418
47.6. Pena e ação penal	419
48. Fuga de pessoa presa ou submetida à medida de segurança (art. 351)	420
48.1. Considerações iniciais.....	421
48.2. Objetividade jurídica	423
48.3. Sujeitos do delito	423
48.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	423
48.5. Consumação e tentativa.....	425
48.6. Figuras qualificadas.....	425
48.7. Crime culposos	426
48.8. Pena e ação penal	426

49. Evasão mediante violência contra a pessoa (art. 352)	428
49.1. Considerações iniciais	429
49.2. Objetividade jurídica	430
49.3. Sujeitos do delito	430
49.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	430
49.5. Consumação e tentativa.....	431
49.6. Pena e ação penal	432
50. Arrebatamento de preso (art. 353)	434
50.1. Considerações iniciais	435
50.2. Objetividade jurídica	436
50.3. Sujeitos do delito	436
50.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	436
50.5. Consumação e tentativa.....	437
50.6. Pena e ação penal	437
51. Motim de presos (art. 354)	438
51.1. Considerações iniciais	439
51.2. Objetividade jurídica	439
51.3. Sujeitos do delito	439
51.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	440
51.5. Consumação e tentativa.....	441
51.6. Pena e ação penal	441
52. Patrocínio infiel e patrocínio simultâneo ou tergiversação (art. 355)	442
52.1. Considerações iniciais	443
52.2. Objetividade jurídica	444
52.3. Sujeitos do delito	444

52.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	445
52.5.	Consumação e tentativa.....	446
52.6.	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	447
52.7.	Pena e ação penal	447
53.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório (art. 356).....	450
53.1.	Considerações iniciais	451
53.2.	Objetividade jurídica	452
53.3.	Sujeitos do delito	452
53.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	453
53.5.	Consumação e tentativa.....	455
53.6.	Pena e ação penal	455
54.	Exploração de prestígio (art. 357)	456
54.1.	Considerações iniciais	457
54.2.	Objetividade jurídica	458
54.3.	Sujeitos do delito	459
54.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	459
54.5.	Consumação e tentativa.....	460
54.6.	Causa de aumento de pena.....	461
54.7.	Pena e ação penal	461
55.	Violência ou fraude em arrematação judicial (art. 358).....	462
55.1.	Considerações iniciais	463
55.2.	Objetividade jurídica	463
55.3.	Sujeitos do delito	464
55.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	464
55.5.	Consumação e tentativa.....	465
55.6.	Pena e ação penal	466

56. Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito (art. 359)	468
56.1. Considerações iniciais	469
56.2. Objetividade jurídica	470
56.3. Sujeitos do delito	470
56.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	470
56.5. Consumação e tentativa.....	473
56.6. Pena e ação penal	473
57. Contratação de operação de crédito (art. 359-A)	474
57.1. Considerações iniciais	475
57.2. Objetividade jurídica	476
57.3. Sujeitos do delito	476
57.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	477
57.5. Consumação e tentativa.....	478
57.6. Figuras equiparadas	479
57.7. Pena e ação penal	479
58. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar (art. 359-B)	480
58.1. Considerações iniciais	481
58.2. Objetividade jurídica	481
58.3. Sujeitos do delito	481
58.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	482
58.5. Consumação e tentativa.....	483
58.6. Pena e ação penal	483
59. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-C)	484
59.1. Considerações iniciais	485

59.2.	Objetividade jurídica	485
59.3.	Sujeitos do delito	485
59.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	486
59.5.	Consumação e tentativa.....	487
59.6.	Pena e ação penal.....	488
60.	Ordenação de despesa não autorizada (art. 359-D)	490
60.1.	Considerações iniciais.....	491
60.2.	Objetividade jurídica	492
60.3.	Sujeitos do delito	492
60.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	492
60.5.	Consumação e tentativa.....	494
60.6.	Pena e ação penal.....	495
61.	Prestação de garantia graciosa (art. 359-E)	496
61.1.	Considerações iniciais	497
61.2.	Objetividade jurídica	497
61.3.	Sujeitos do delito	497
61.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	498
61.5.	Consumação e tentativa.....	500
61.6.	Pena e ação penal	500
62.	Não cancelamento de restos a pagar (art. 359-F)	502
62.1.	Considerações iniciais.....	503
62.2.	Objetividade jurídica	503
62.3.	Sujeitos do delito	503
62.4.	Tipicidade objetiva e subjetiva	504
62.5.	Consumação e tentativa.....	505
62.6.	Pena e ação penal	505

63. Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura (art. 359-G)	506
63.1. Considerações iniciais	507
63.2. Objetividade jurídica	507
63.3. Sujeitos do delito	507
63.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	508
63.5. Consumação e tentativa.....	509
63.6. Pena e ação penal	509
64. Oferta pública ou colocação de títulos no mercado (art. 359-H)	510
64.1. Considerações iniciais	511
64.2. Objetividade jurídica	511
64.3. Sujeitos do delito	511
64.4. Tipicidade objetiva e subjetiva	512
64.5. Consumação e tentativa.....	513
64.6. Pena e ação penal	514
Bibliografia	516